

ATA DA 4ª REUNIÃO DO COMITÊ ORÇAMENTÁRIO E DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO
PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos dezessete de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na sala de reuniões 805, localizada no oitavo andar da Torre I do Palácio da Justiça “Ministro na Portaria GP n. 248, de 13 de abril de 2016. Luiz Gallotti”, sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Orçamentário, de Gestão de Pessoas e de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (COAPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado. Estiveram presentes os seguintes membros: juíza Maria de Lourdes Simas Porto, Presidente do Comitê, juiz Vitoraldo Bridi, indicado pela AMC, Marcelo Meirelles, juiz indicado pelo Órgão Especial, magistrados indicados pela classe, na condição de suplentes os magistrados Érica Lourenço de Lima Ferreira e Uziel Nunes de Oliveira, Raphael Jaques de Souza, representante dos servidores indicado pelo pleno, Daniel Henrique Sprotte Lima, Alcides Alonço Leonel, servidores eleitos pela categoria, Daniele Burigo Marques Heinzen, suplente do servidor indicado pelo SINJUSC. Aberta a reunião, como **primeiro assunto**, restou deliberada a aprovação da ata anterior. Na sequência foram deliberados os seguintes assuntos: **a)** para o fim de viabilizar-se a participação de todos e permitir o melhor planejamento, foi determinada que as atas fossem encaminhadas aos titulares e suplentes do Comitê; **b)** estudo de alteração na forma de escolha da presidência deste Comitê, para a próxima composição, ficou o colega Marcelo Meirelles encarregado de analisar e trazer a matéria para a próxima reunião, acerca da modificação do art. 3, par.5, da Resolução n. 20/2014-TJ, com alteração dada pela Resolução 17/2018-TJ; **c)** com relação às folgas de plantão judicial e sua possibilidade de pagamento em pecúnia, matéria já apreciada na ata anterior, voltou-se a deliberar-se sobre o encaminhamento de solicitação de informações à Comagis e Diretoria de Gestão de Pessoas, acerca dos saldos de folgas existentes e impacto financeiro da pretendida conversão. No caso de já ter sido expedido ofício pelo Comitê, solicitando os saldos existentes, o novo encaminhamento deverá ficar adstrito ao impacto financeiro; **d)** em relação ao art.51, da Resolução de 22, de 15.08.2018, que regula o tele trabalho do servidor, excluído da participação do plantão judicial, sugere-se a revogação da norma, e que os casos pontuais sejam analisados através de requerimento do interessado; **e)** diante da ausência do Fabio, e seu suplente, ficou prejudicado a discussão acerca de eventual ação judicial que tramitaria em uma das Varas da Fazenda, a representante do SINJUSC, Daniele, se comprometeu a trazer informações na próxima reunião; **f)** em relação a análise e solicitações de informações à Administração do TJ relativos ao andamento do Processo Administrativo n. 14013/2017, permanece aguardando resposta, assim como todas as demais solicitações feitas na ata anterior, já encaminhadas à Presidência; **g)** em relação a solicitação feita à Diretoria de Orçamento e Finanças deliberou-se por convidar Eduardo Cardoso, Diretor de Orçamento e Finanças, ou pessoa por ele indicada, para comparecer na próxima reunião do Comitê e prestar informações sobre o orçamento de 2019; **h)** ficou prorrogado para a próxima reunião, diante da impossibilidade de comparecimento do secretário executivo, que iria trazer informações atualizadas sobre o andamento do SPA n. 22109, que trata das DTRs e, da Dra. Anuska, sobre o SPA n. 14013/2017; **i)** foi sugerido que a Diretoria de Pessoal, em conjunto com a Academia

Judicial, fornecesse curso de “ambientação funcional” para os novos servidores do Poder Judiciário, curso este que poderá ser ofertada em EAD, com participação obrigatória. A matéria será trazida para a apreciação na próxima reunião pelo Sr. Raphael; **j**) verificar mecanismo mais seguro para o pagamento das fianças fixadas em regime de plantão, para evitar que os numerários fiquem sob depósito do servidor plantonista, solicitando informações à Presidência sobre a existência de SPA a este respeito; **k**) foi tratado pelo Comitê a questão relativa a equiparação salarial entre assessores de gabinete, sendo deliberado e aprovada a expedição de ofício à Presidência para que dê atenção especial a matéria; **l**) ficou nomeado o membro Daniel para auxiliar o secretário executivo no gerenciamento dos assuntos deliberados pelo Comitê. A reunião encerrou-se às 11:45 horas, ficando ajustado que a próxima reunião será realizada no dia 15 de outubro, mesmo horário e local. Nada mais havendo para constar, encerra-se a presente ata, que foi aprovada pelos presentes, e é assinada nesta data.

Maria de Lourdes Simas Porto
PRESIDENTE DO COMITÊ

Vitoraldo Bridi
magistrado indicado pela AMC

Marcelo Meirelles
magistrado indicado pelo órgão especial

Uziel Nunes de Oliveira
magistrado suplente eleito pela categoria

Érica Lourenço de Lima Ferreira
magistrada suplente eleita pela categoria

Raphael Jaques de Souza
servidor escolhido pelo órgão especial

Marcio Cesar Cipriani
servidor escolhido pelo órgão especial

Daniele Burigo Marques Heinzen
servidor indicado pelo sinjusc

Alcides Alonço Leonel
servidor eleito pela categoria

Daniel Henrique Sprotte Lima
servidor indicado pela categoria